

TRADUÇÃO E A EMANCIPAÇÃO DA AMÉRICA HISPÂNICA¹

TRANSLATION AND EMANCIPATION OF HISPANIC AMERICA



Georges L. BASTIN
Professor titular
Université de Montréal
Département de Linguistique et de
Traduction
Montreal, Quebec, Canadá
georgesbastin.ca/
orcid.org/0000-0003-1447-2466
georges.bastin@umontreal.ca

Alvaro ECHEVERRI
Professor associado
Université de Montréal
Département de Linguistique et
Traduction
Montreal, Quebec, Canadá
recherche.umontreal.ca/nos-
chercheurs/repertoire-des-
professeurs/chercheur/is/in15268/
orcid.org/0000-0002-1069-7361
a.echeverri@umontreal.ca

Ángela CAMPO
Pesquisadora
Université de Montréal
Département de Linguistique et
Traduction
Montreal, Quebec, Canadá
angela.campo@umontreal.ca

Traduzido por:

Teresa Dias Carneiro
Professora Assistente
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Departamento de Letras
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL)
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
lattes.cnpq.br/2583988759143754
orcid.org/0000-0002-9774-1176
teresadcarneiro@puc-rio.br

Revisado por:

Daniel Padilha Pacheco da Costa
Professor Adjunto
Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Letras e Linguística
Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários
Uberlândia, Minas Gerais, Brasil
lattes.cnpq.br/5806363033658077
orcid.org/0000-0003-4947-1295
dppcost@ufu.br

1

A pesar de ser verdade que a história relembra e conta acontecimentos e fatos, esses relatos nunca estão totalmente desprovidos de ideologias subjacentes e, portanto, de subjetividades.² O historiador e escritor venezuelano Arturo Uslar Pietri faz a seguinte observação:

Onde podemos encontrar a história da América Latina dentre todas essas visões parciais ou parcializadas? Trata-se de uma tarefa que ainda precisa ser realizada. A historiografia da América Latina é como um conjunto de espelhos deformantes. A depender da posição do observador, a reflexão muda, dando a impressão de que se está olhando para uma pessoa diferente a cada vez. (Uslar Pietri, 1991, p. 114)³

Essas percepções são da maior importância ao se estudar o período pré-independência



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da *Licença Creative Commons* Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

e os primeiros anos das novas repúblicas na América Hispânica (1785–1835). Por um lado, os discursos históricos tendem a refletir posições ideológicas que retratam as visões de um grupo social específico, posições essas que, em grande parte, são eurocêntricas nesse campo em particular. Por outro lado, os primeiros documentos produzidos para relatar os acontecimentos da época foram registrados por pessoas que eram, na maioria dos casos, atores e, simultaneamente, relatores dos acontecimentos históricos.

Os tradutores, como outros atores na história, não atuam num vácuo, mas são seres sociais e, como tais, aderem a ideologias e identidades específicas a seus contextos sociais. Román Álvarez e Carmen África-Vidal observam:

Os tradutores são restringidos de muitas formas: sua própria ideologia, seus sentimentos de superioridade ou inferioridade em relação à língua na qual escrevem, o texto a ser traduzido, as normas poéticas prevalecentes na época, a própria língua na qual os textos que estão traduzindo são escritos, o que as instituições e a ideologia dominantes esperam deles, o público-alvo de suas traduções. A própria tradução dependerá de todos esses fatores. (Álvarez & África-Vidal, 1996, p. 6)

2

Além disso, nos Estudos da Tradução, assim como em qualquer outro campo, a coleta e análise de dados históricos correspondem a agendas de pesquisas específicas que possuem vieses políticos e ideológicos. Ao mesmo tempo, a tradução pode funcionar como uma lente que fornece uma perspectiva alternativa aos materiais da história. Assim como as perspectivas da análise literária ou da antropologia, essa perspectiva pode servir como uma lente corretiva para outras abordagens históricas.

Este ensaio olha para o papel da tradução no movimento de emancipação da América Hispânica. A tradução é considerada aqui como uma forma de resistência no sentido *pragmático* do termo e como uma *atividade* subversiva usada por um grupo reprimido, os crioulos⁴ (descendentes de espanhóis nascidos nas colônias), que, em luta contra a dominação, resistiram à opressão da Coroa espanhola no caso em questão. Essa atividade tradutória tem clara importância ideológica e muitas repercussões. Neste ensaio, resistência e ativismo não são vistos, portanto, como um posicionamento ideológico expressado principalmente por meio da opção por estratégias textuais formais, conforme concebidas por teóricos como Luise Von Flotow (1997), Susan Bassnett e Harish Trivedi (1999), Lawrence Venuti (1995, 1998) e Gayatri Spivak (2004).

A Palavra Escrita na América Hispânica durante a Era da Independência

O processo de emancipação da América Hispânica começou nas duas últimas décadas do século XVIII e terminou entre 1810 e 1835 na maioria dos países. Ele representa os esforços dos hispano-americanos para pôr fim a três séculos de dominação espanhola no continente. As primeiras revoltas ocorreram entre as populações indígenas e escravas por toda a região — a revolta de Katari na Bolívia (1780), a de Tupac Amarú no Peru (1780–1781) e a dos Comuneros na Colômbia (1780), dentre outras. Embora esses levantes sejam importantes, eles nunca exerceram um impacto sobre o continente como um todo. Eram formas de resistência envolvendo pequenos contingentes de pessoas interessadas em corrigir erros específicos e tiveram alcance local. Além disso, os grupos sociais que lideravam esses movimentos eram, em geral, os menos empoderados da sociedade americana: indígenas, escravos, mestiços e mulatos.

Em contrapartida, as guerras de independência ocorridas nas três primeiras décadas do século XIX derivaram de pressões tanto internas quanto externas exercidas sobre a elite crioula da sociedade. Pressões externas incluíram a expulsão dos jesuítas da América Latina em 1767; a influência da filosofia iluminista; o exemplo da Revolução Americana e a subsequente independência da nova república; a Revolução Francesa e a invasão napoleônica da Espanha em 1808. Pressões internas incluíram os problemas econômicos típicos do sistema colonial (tais como dependência de impostos, ausência de indústria e falta de agricultura em larga escala) e a pesada carga tributária imposta pela Coroa aos habitantes das colônias.

De uma perspectiva sociopolítica, Javier Ocampo (1999, p. 83) cita a prevalência do nepotismo entre oficiais peninsulares em relação a nomeações para cargos administrativos nas colônias como causa significativa de descontentamento. Essa discriminação contra hispano-americanos foi, de fato, a causa imediata da resistência crioula. Apesar de sua influência econômica, a elite crioula tinha pouca esperança de participação na administração das colônias como resultado das novas políticas estabelecidas pela Espanha em relação à nomeação de agentes peninsulares.

. . . até o século XVIII, os crioulos tinham se tornado proprietários de *haciendas*, escravos e pagavam indígenas, mas o poder político ainda estava fora de seu alcance . . . A elite peninsular tinha adquirido o direito de administrar a colônia em nome do rei e de acumular a riqueza que lhe possibilitaria gozar de luxos e de ostentação após seu retorno à metrópole. (Ocampo, 1999, p. 69)

Além da elite econômica, um tipo de *intelligentsia* também tinha começado a surgir das sombras dos controles inquisitoriais. Essa geração de crioulos cultos — um produto do Iluminismo espanhol — era bem versada em ideologias democráticas e liberais do século XVIII. Apesar de seu poder comercial e intelectual, contudo, os crioulos achavam cada vez mais difícil superar a discriminação e o abuso perpetrados pelo governo espanhol. A inferiorização de tudo que era hispano-americano foi uma das razões por trás da busca da independência (Sariola, 1972; Lavallé, 1993, 2002). O primeiro sinal de resistência dos crioulos hispano-americanos foi, de fato, sua adoção dos ideais iluministas de liberdade, igualdade e democracia.

4 Livros e documentos escritos durante esse período foram essenciais para moldar e consolidar a intenção das mentalidades revolucionárias em relação à emancipação. As medidas tomadas pelas autoridades inquisitoriais para controlar a produção, a comercialização e a circulação de livros se aplicavam à metrópole espanhola, bem como às colônias. Inicialmente, foram instituídos controles nos portos principais. Cada navio era inspecionado tanto por autoridades civis em busca de mercadorias vetadas, quanto por representantes da Inquisição à procura de qualquer material impresso contrário aos ensinamentos da Igreja Católica. Em terra firme, tipógrafos e vendedores de livros viviam sob escrutínio rígido e constante pelas autoridades. Bibliotecas públicas e privadas estavam submetidas ao mesmo escrutínio. A Inquisição também estabeleceu um sistema de denúncia de quem possuísse, vendesse, trocasse, compartilhasse ou tivesse acesso a livros e ideias proibidos pelas autoridades.

O controle realizado pela Inquisição foi bem-sucedido apenas em parte. Aplicar essas medidas ao longo das áreas costeiras da América do Sul era quase impossível. Na Venezuela, por exemplo, a proximidade das ilhas inglesas e francesas do Caribe facilitava o contrabando de várias mercadorias para a América do Sul e possibilitava o influxo de pessoas de diferentes origens e com visões muito diversas. Ao final do século XVII, a produção de livros e outros materiais impressos sobrecarregou completamente a capacidade de exercer controle por parte das autoridades. Além disso, o número cada vez maior de documentos escritos impossibilitou a tarefa do expurgo (Pardo Tomás, 1991, p. 344).

O relativo fracasso desses controles explica em parte a presença de livros proibidos nas bibliotecas de crioulos cultos, incluindo textos de John Adams, Jean le Rond d'Alembert, Francis Bacon, Buffon, Étienne Bonnot de Condillac, o marquês de Condorcet, René Descartes, Denis Diderot, Benito Jerónimo Feijóo, Claude Adrien Helvetius, Thomas Hobbes, Thomas Jefferson, John Locke, Gabriel Bonnot de Mably, Montesquieu, Thomas Paine, Guillaume

Thomas Raynal, Jean-Jacques Rousseau, Emmanuel Sieyès, Adam Smith, Voltaire e outros pensadores associados à efervescência política, literária e científica do século. Apesar de esses livros não circularem livremente pela América Hispânica, as ideias que transmitiam foram, com frequência, discutidas em tertúlias (encontros sociais, artísticos, literários e políticos de crioulos cultos), cafés e, mais tarde, em locais públicos, antes de atingirem aos poucos as classes mais baixas. Um artigo publicado em 1806 no *Diario de México*, o primeiro jornal diário totalmente mexicano, observa:

Apesar de as pessoas menos cultas não lerem os jornais e outras publicações (o fato de elas não terem ciência de sua existência é uma benção), as informações úteis contidas nesses documentos são disseminadas pelos iluministas, sem que tenham consciência disso. (Rodríguez, 1998, p. 61)

Contudo, a Inquisição dificultou o conhecimento e o livre fluxo de ideias. De fato, as ideias alcançaram a América Latina a um ritmo mais lento do que o resto do mundo ocidental, por causa tanto da distância geográfica quanto dos controles impostos aos materiais impressos. Não obstante esses obstáculos, a palavra escrita deu forma e permanência às ideias liberais do século, transcendendo o imediatismo e a fugacidade da palavra falada. Por sua mera existência física, o texto escrito exemplifica a permanência e a autoridade, transmite um senso mais forte de veracidade histórica e permite circulação e disseminação amplas.

Enquanto as ideias filosóficas e políticas do século XVIII permaneceram a prerrogativa privilegiada da elite, qualquer mudança significativa na administração das colônias continuou a ser uma possibilidade remota. Os líderes do movimento de independência entenderam que, a fim de tornar as ideias revolucionárias contemporâneas acessíveis a um grupo mais amplo de pessoas, precisavam passar da oralidade das tertúlias para a escrita.

Segundo Benedict Anderson (2006, p. 65), o liberalismo e o Iluminismo foram instrumentais na resistência crescente das Américas contra a metrópole. No entanto, esses movimentos intelectuais não desempenharam um papel tão determinante no processo de emancipação e na criação de uma “comunidade imaginada” quanto o desempenhado pelas viagens constantes de funcionários crioulos e pelo trabalho de impressores provinciais na Colônia. Ao criar a base de leitores que poderiam ter relação com a mesma realidade política e social, os primeiros periódicos regionais desempenharam essa função essencial. Se inicialmente alguns periódicos eram compilações de notícias comerciais e anúncios de eventos

sociais, a maioria nasceu sob a república incipiente e, conforme foram se desenvolvendo, passaram a se dedicar principalmente à educação política e ideológica de seus leitores. Eles publicaram notícias políticas acerca do caos da metrópole após a invasão de Napoleão, resoluções oficiais adotadas pelos governos e assembleias legislativas recém estabelecidas, relatórios de conflitos e guerras locais e perspectivas e posições ideológicas do exterior. Conforme as ideias políticas que deram forma ao período da emancipação foram sendo produzidas em outras línguas além do espanhol (principalmente inglês e francês), para que os crioulos criassem uma comunidade que se relacionasse com essas ideias, inclusive ideais iluministas e republicanos, eles teriam que tornar esses ideais acessíveis em espanhol por meio da tradução. Em seu perspicaz ensaio, Anderson não se refere ao papel desempenhado pela tradução no uso da imprensa para divulgar ideias e criar uma comunidade. O presente estudo justamente pretende retificar essa omissão.

Tradução como Resistência e Ativismo

6

No início do século XVIII, as autoridades espanholas toleraram um certo grau de liberdade de imprensa, permitindo que membros influentes da sociedade crioula acessassem a imprensa escrita. O resultado foi a criação dos primeiros periódicos chamados de *gacetas* (gazetas), como vimos, principalmente a *Gaceta de México*, que foi publicada em 1722, 1728–1739 e 1784–1809, e a *Gaceta de Lima*, que surgiu entre 1745 e 1800. Na virada do século XIX, muitos outros periódicos estavam em circulação por todo o resto do continente. Esses periódicos foram logo disponibilizados por causa de sua novidade e da falta de qualquer legislação coerente que regulasse sua circulação. Essa situação possibilitou publicar obras de autores proeminentes da época, inclusive filósofos franceses e ingleses. Como Jaime Rodríguez (1998, p. 58) ressalta, alguns textos desses autores apareceram nas *gacetas* em traduções completas e outros, em resumos.

Graças às trocas políticas e diplomáticas e à proximidade dos territórios franceses e ingleses no Caribe, alguns americanos espanhóis ricos se familiarizaram com as ideias liberais do século, mas a falta de documentos escritos em espanhol deu a essas ideias pouco peso e autoridade. A filosofia liberal e democrática emergente se desenvolveu oralmente como parte do folclore, atingindo até mesmo os níveis mais baixos da sociedade. Em sua biografia de José María Vargas, Laureano Villanueva (1986, p. 3) relata como as novas ideias filosóficas se disseminaram na Venezuela: “[Vargas] dedicou seu tempo livre a ler e comentar as obras de Jean-Jacques Rousseau . . .”; e “tarde da noite, ele trabalhava na tradução de *Du contrat social*,

lendo a obra para seus amigos posteriormente em reuniões secretas”.

Canções revolucionárias também desempenharam um papel importante nos anos que antecederam a independência, possibilitando incluir grupos sociais menos favorecidos no processo de emancipação. A música forneceu um meio para as classes mais baixas articularem seu descontentamento com a administração colonial. De fato, canções revolucionárias, como “La Carmagnole” e “La Marseillaise”, foram frequentemente cantadas nas colônias espanholas. Ao contrário de “La Marseillaise”, que nunca foi traduzida para o espanhol, uma análise comparativa das versões espanhola e francesa de “La Carmagnole” mostra claramente como um tradutor pode ser resistente (Bastin, 2004; Bastin & Díaz, 2004). Como Armas Ayala afirma, os hispano-americanos mostraram uma inventividade e sagacidade prolíficas em criações musicais que pretendiam criticar e ridicularizar as autoridades coloniais. A música era para os indivíduos comuns o que os livros eram para os “cultos”. No entanto, os “incultos” também tiveram acesso indireto a livros. As ideias difundidas em espaços públicos e na privacidade das casas dos mestres eram potencialmente tão influentes quanto a leitura efetiva de um livro inteiro (Ayala, 1970, p. 134). Livros contrabandeados, viagens para o exterior feitas por crioulos ricos e o contato com viajantes, ex-escravos das Antilhas e outros ajudaram a sintonizar os hispano-americanos com novas ideias e questões da época. Ao final do século XVIII, eles já haviam atingido maturidade intelectual e administrativa suficiente para almejar a independência e, como Anderson (2006) afirma, uma comunidade imaginada e soberana, apesar de limitada, havia tomado forma.

7

Estudos de Caso

Os estudos de caso de traduções resistentes e ativistas do período em questão ressaltam o papel decisivo que a tradução desempenhou na independência e na criação das primeiras repúblicas na América Hispânica. Os casos a seguir constituem uma pequena amostra dentre os muitos que precisam ser investigados, pois existem vários documentos e tradutores a serem identificados e considerados como objetos históricos de estudo em relação ao tema em questão.

Aqui olharemos para as traduções espanholas dos seguintes textos: *La Déclaration des droits de l’homme et du citoyen* (A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão) de 1789 em 17 artigos, traduzida para o espanhol por Antonio Nariño em 1794; *La Déclaration des droits de l’homme et du citoyen* de 1793 em 35 artigos, traduzida para o espanhol por Juan Picornell em 1797; a tradução espanhola da *Lettre aux Espagnols américains*, escrita pelo jesuíta peruano Juan Pablo Viscardo e traduzida do francês por Francisco de Miranda; o livro

de Manuel García intitulado *La independencia de la Costa Firme justificada por Thomas Paine treinta años ha* (A independência da Costa Firme justificada por Thomas Paine trinta anos atrás; 1811), que inclui traduções espanholas de excertos de várias obras de Paine, bem como traduções da Declaração de Independência e da Constituição dos Estados Unidos; e a tradução espanhola por García de Sena do livro de John M’Culloch, *A Concise History of the United States, from the Discovery of America till 1807* (1807), publicado em 1812 como *Historia concisa de los Estados Unidos: Desde el descubrimiento de la América hasta el año de 1807*.

Publicadas de 1789 a 1812, essas traduções são elementos centrais do alicerce ideológico da emancipação na América Hispânica. Elas fomentaram ideias e modelos textuais para os que lideravam o movimento revolucionário nos territórios espanhóis na América Hispânica. O que é importante nessas traduções não é seu valor literário ou estético, mas sua força teleológica e a forma como tradutores e leitores as utilizaram para servir a seus propósitos nesse contexto histórico específico. Explorar esses aspectos das traduções é o foco principal da discussão proposta neste ensaio. Nossa abordagem discursiva busca não “determinar se uma tradução transforma e portanto — como a sabedoria convencional com frequência a vê — trai um texto original, mas definir como essa transformação é realizada e quais as condições que a possibilitaram” (St-Pierre, 1993, p. 82).

8

A tradução ajudou a introduzir nos países hispano-americanos uma versão de ideias que já tinham servido para transformar outras sociedades no mundo ocidental. Em relação à interculturalidade de traduções e tradutores, Anthony Pym (1998, pp. 182–183) pergunta se a história da tradução enfoca traduções ou tradutores. Ele argumenta que, independentemente de sua competência linguística, os tradutores podem ser considerados membros de uma intercultura. Eles ocupam um espaço criado pela intersecção das duas culturas que medeiam. No caso das traduções consideradas neste ensaio, os homens que traduziram esses textos eram certamente bilíngues, mas dizer que seu papel de tradutores os torna membros de uma intercultura, nos termos de Pym, seria um exagero. Em relação às traduções consideradas aqui, o ato de tradução e os próprios textos traduzidos como forma de resistência desempenharam um papel mais importante do que os tradutores como agentes. De fato, mais do que os próprios tradutores que, nesses casos, traduziram mais esporadicamente, a própria essência de sua atividade subversiva e a existência dos textos traduzidos foram fundamentais para reformar e reconstituir a cultura receptora.

A Versão de 1789 de *La Déclaration des Droits de L’homme et du Citoyen*

Em 26 de agosto de 1789, a Assembleia Geral da Revolução Francesa promulgou *A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, um documento com 17 artigos. Após a publicação da *Declaração*, o Tribunal da Inquisição de Cartagena a retirou de circulação nos territórios espanhóis por meio de um decreto em 13 de dezembro de 1789. Em 1790, após a Revolução Francesa, esse decreto permitiu que as autoridades espanholas apertassem seus controles sobre o material impresso e sobre as ideias oriundas da França. Contudo, isso não impediu o colombiano Antonio Nariño (1765–1823) de traduzir e publicar a primeira versão espanhola de *La Déclaration des droits de l’homme et du citoyen*.

Nariño havia ocupado cargos oficiais importantes no Virreinato (Vice-Reinado) de Nueva Granada: tesoureiro, contador, prefeito de Bogotá e tenente do exército do rei. Na sociedade crioula, ele ficou conhecido como um colecionador e vendedor de livros compulsivo. Publicada em Bogotá em 1794, a tradução de Nariño para o espanhol era um documento de duas páginas, vertido palavra por palavra. Sua decisão de traduzir e publicar esse documento foi propiciada principalmente por suas ideias liberais e sua afiliação maçônica e, em segundo lugar, por sua sagacidade nos negócios. Ele estava convencido de que seu texto atrairia o interesse de leitores seletos. Apesar de o documento ser sua única tradução, ele é uma das poucas pessoas na história a ostentar, com igual honra, os títulos de general, governador e tradutor.⁵ Ao traduzir o texto, Nariño subverteu abertamente a proibição de circulação da *Declaração*. Segundo Javier Ocampo López (1999, p. 171), o tradutor e editor imprimiu cem exemplares do documento. Quando apenas dois ou três exemplares do documento tinham sido vendidos, um comprador e amigo advertiu Nariño das implicações de seu ato. O tradutor então decidiu queimar os exemplares restantes, mas, mesmo assim, foi processado pelas autoridades coloniais e recebeu uma pena que objetivava dissuadir membros de uma sociedade que estava cada vez mais descontente com as autoridades peninsulares: a prisão no exílio. De alguma forma, Nariño conseguiu escapar e, como fizeram muitos antes e depois dele, iniciou uma campanha na Europa para obter apoio para a causa da independência. Mais tarde, voltou para a Colômbia e se juntou ao movimento revolucionário.

Pym (1998, p. 160) considera os tradutores como “causas efetivas ativas, com sua própria identidade e agenda”. No caso de Nariño, é mais pertinente nos concentrarmos no próprio ato de tradução e no teor do texto traduzido como formas de resistência e ativismo. Essa tradução proporcionou à sociedade da América Hispânica um documento escrito que legitimava seu desejo de independência.

As ideias enunciadas na *Declaração dos Direitos do Homem* acabaram se tornando princípios norteadores para a fundação dos novos Estados. A importância do ato de Nariño é proporcional às tensões que ele criou na sociedade colonial. Em primeiro lugar, o ato consolidou o espírito revolucionário que ficou patente em conspiração, críticas secretas, sátira e panfletagem. Em segundo lugar, o tradutor proporcionou aos hispano-americanos um documento que era por si só a corporificação de princípios de um novo tipo de organização política e forma de governo, bem como a materialização de direitos que, até então, existiam apenas como relatos orais passados de boca em boca em terras distantes. Em resposta, as autoridades espanholas começaram uma “caça às bruxas” arbitrária contra conspiradores, reforçando a intenção da sociedade crioula de lutar por sua independência. Esse período testemunhou a divisão da sociedade em tradicionalistas, por um lado, e defensores das ideias iluministas, por outro (Ocampo, 1999, p. 177).

10 A *Declaração* traduzida assumiu uma nova dimensão após a independência de vários países latino-americanos. O texto de Nariño, a tradução espanhola da Constituição dos Estados Unidos e, é claro, a versão de Picornell da segunda *Declaração* (ver mais adiante) foram usados como documentos basilares para a minuta das primeiras constituições republicanas por toda a América Hispânica. A tradução de *La Déclaration des droits de l’homme et du citoyen* de 1789 é, portanto, considerada como o primeiro ato claro de resistência ideológica e política pela elite hispano-americana dominante contra as autoridades espanholas no Novo Mundo. Ela deu aos americanos espanhóis um “roteiro”, um modelo do tipo de entidade política pela qual se deveria lutar. Várias traduções semelhantes à de Nariño foram publicadas nos anos seguintes. O objetivo de todas essas traduções era fornecer um fundamento filosófico e político para a legitimação da independência, bem como um *corpus* de textos jurídicos para a criação de novas repúblicas. A tradução de Picornell da segunda *Declaração dos Direitos do Homem* (1793) deu impulso a esse empreendimento na Venezuela em 1797.

A Versão de 1793 de *La Déclaration des Droits de L’homme et du Citoyen*

No calor do Período do Terror (1793–1794), a segunda *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* foi esboçada para ser anexada à Constituição francesa de 1791. Apesar de seus 35 artigos enfatizarem o bem-estar da sociedade em relação aos direitos individuais, ela reconheceu a liberdade como um direito natural. Também foi escrita com uma linguagem mais violenta, totalmente em sintonia com a atmosfera sangrenta da época. O artigo 35, por exemplo, reconhece a legitimidade da insurreição para sobrepujar a opressão de qualquer

governo.

A tradução para o espanhol da versão de 1793 da *Declaração dos Direitos do Homem* foi realizada na Venezuela em 1797. Tinha chegado passando por Madri dois anos antes. No dia 3 de fevereiro de 1795 (Dia de São Brás), ocorreu em Madri (Espanha) uma insurreição conhecida como “A Conspiração de São Brás”, concebida e liderada por Juan Picornell (1759–1825), para depor a monarquia e estabelecer um governo republicano. Pedagogo eminente e, como Nariño, um maçom, Picornell fora influenciado pela Revolução Francesa. A tradução era uma atividade comum aos arquitetos da conspiração, entre eles, José Lax, Bernardo Garasa e Juan Pons Izquierdo.⁶ A força vital desse empreendimento revolucionário foi a tradução de documentos advindos do tumulto político na vizinha França. O historiador venezuelano Casto Fulgencio López (1997, p. 32) escreve que “os conspiradores se reuniam na casa de José Lax para traduzir livros e discursos da república vizinha”. Picornell estava ciente do poder da tradução e de sua capacidade de introduzir subversão na cultura receptora. Sua amizade com Abbot Marchena, tradutor dos escritos de Rousseau para o espanhol (Schevill, 1936), é prova de que seu envolvimento com a tradução não foi acidental. O trabalho de tradução de Picornell era claramente uma atividade intencional. Para ele, os textos tinham um papel definido a ser desempenhado na mudança social. O sonho de Picornell era ocasionar uma versão espanhola da Revolução Francesa e ele via a tradução como meio de esclarecimento para inspirar os espanhóis para a grandeza da democracia, tal como entendida pelos revolucionários franceses.

Após o fracasso de seu golpe, Picornell e seus cúmplices foram presos e receberam sentença de morte. Suas penas foram mais tarde comutadas em prisão perpétua nas colônias. De sua cela em La Guaira, na Venezuela, Picornell foi capaz de atizar o desejo pela emancipação em importantes membros da sociedade hispano-americana. Entre os que se uniram a ele em seus esforços revolucionários na América estavam Pedro Gual e José María España. Esses dois estavam associados à Conspiração de Gual e España de julho de 1797, o complô mais significativo e mais cuidadosamente orquestrado, concebido pelos crioulos para derrubar o governo espanhol na América, antes das guerras de independência.

Durante os poucos meses em que ficou preso em La Guaira, Picornell doutrinou um grupo de crioulos influentes que facilitaram sua fuga da prisão no mesmo dia em que ocorreu a Revolta de Gual e España. Assim como o complô anterior em Madri, essa conspiração também fracassou. Picornell teve que fugir para Guadalupe, onde deu prosseguimento a suas atividades revolucionárias. Nessa ilha do Caribe, publicou os textos preparados em La Guaira: *Derechos del hombre y del ciudadano, con varias máximas republicanas y un discurso*

preliminar, dirigido a los americanos; o livro foi publicado com um colofão fictício “Madrid Imprenta de la Verdad, año de 1797”. A obra inclui *A Declaração dos Direitos do Homem*, algumas máximas republicanas, um discurso e duas canções revolucionárias. Os conspiradores imprimiram dois mil exemplares e os distribuíram por toda a América. Como reconhecido por historiadores, Picornell e seus colaboradores adaptaram a maioria dos documentos usados na Conspiração de São Brás em Madri para seus leitores hispano-americanos.

A contribuição de Picornell para esse conjunto de traduções foi confirmada na confissão de José María España a seus promotores em 3 de maio de 1799:

Quando chegou a Curaçao vindo de Guadalupe em novembro de 1797, Picornell trouxe com ele uma prensa tipográfica com o objetivo, segundo seu próprio relato, de imprimir os textos da revolução. Também trouxe alguns exemplares do livro intitulado *The Rights of Man and the Citizen* e . . . duas canções intituladas “American Carmagnole” e “American Song”. (Espanña, 1799, p. x, como citado em López, 1997, pp. 235–240)

12

Independentemente da identidade do tradutor, esse texto por si só constitui o anteprojeto principal para as repúblicas a serem estabelecidas no novo século. Sua importância para os primeiros documentos constitucionais da Venezuela foi bem demonstrada por Pedro Grases (1981b, 1997). Segundo C. López (1997, p. 60),

a doutrina política e filosófica (de Picornell) não apenas assinalou o início do movimento de independência, como também garantiu a continuidade do movimento e sua sobrevivência até o nascimento da República [da Venezuela]; serviu como fundamento jurídico para a Declaração de Independência [venezuelana] e para as primeiras constituições venezuelanas.⁷

A Tradução da “Lettre aux Espagnols Américains” de Viscardo

Por decreto real de Carlos III da Espanha, todos os membros da Ordem dos Jesuítas foram forçados a deixar os territórios espanhóis na América em 1767. Entre os cinco mil jesuítas que partiram estava o peruano Juan Pablo Viscardo y Guzmán (1748–1798). Com 21 anos de idade, Viscardo chegou a Módena, na Itália. Esforçando-se para se manter informado dos eventos relevantes na América, viajou pela Europa e tentou garantir o apoio da Inglaterra para levantes de indígenas e escravos. Esses esforços fracassaram porque a Inglaterra estava

negociando a paz com a Espanha. Desapontado com a indiferença inglesa, Viscardo acabou morrendo em Londres em 1798, deixando seus textos com Rufus King, ministro dos EUA no tribunal inglês (Vargas Ugarte, 1964, p. 70).

Viscardo escreveu bastante em seu exílio na Europa, denunciando os abusos da Coroa espanhola na América e contando ao mundo sobre a grandeza e a riqueza de seu continente (Bastin & Castrillón, 2004). Em Florença, entre 1778 e 1791, escreveu uma carta em francês de cerca de 30 páginas com o objetivo de tê-la pronta para publicação em 12 de outubro de 1792, data que marcava trezentos anos de presença espanhola nas Américas.⁸ Historiadores, como Mariano Picón-Salas (1994, p. 226), consideram a “Lettre aux Espagnols américains” (literalmente, “Carta aos espanhóis americanos” de Viscardo) como “o primeiro e mais amplamente distribuído panfleto defendendo a causa da revolução pela independência” na América Hispânica e historicamente “a primeira declaração de independência”. A carta é composta de três partes: a primeira é uma acusação, semelhante à Declaração de Independência dos Estados Unidos, apesar de mais longa; a segunda parte é uma justificação filosófica para a independência com base em um texto de Montesquieu e a terceira parte é uma exortação aos hispano-americanos a lutarem por sua independência (Bastin & Castrillón, 2004).

13

A tradução para o espanhol da carta de Viscardo foi feita pelo venezuelano Francisco de Miranda (1750–1816), uma das figuras mais importantes na emancipação da América Hispânica e, em geral, reconhecido como “El Precursor”. Miranda viajara muito pelos Estados Unidos e pela Europa, vivenciando em primeira mão a nova república após a independência dos Estados Unidos, e participara ativamente como general do exército francês durante a Revolução Francesa. Por intermédio de seu amigo Rufus King, Miranda herdou os escritos de Viscardo e, em 1799, publicou o texto original em francês da carta de Viscardo em Londres, informando a Filadélfia como local fictício de publicação. Como editor, acrescentou um prefácio e algumas notas de rodapé ao texto de Viscardo, materiais que também foram incluídos na tradução espanhola de Miranda da carta publicada pelo próprio Miranda em Londres em 1801. O texto se tornou a Bíblia dos revolucionários na América Hispânica como resultado dos esforços de Miranda para torná-lo conhecido por toda a Europa e as Américas, primeiro em francês e espanhol e, depois, também em inglês.⁹ A importância dessa tradução é reconhecida principalmente por causa da intertextualidade patente entre o texto de Miranda e “La carta de Jamaica”, escrita por Simón Bolívar em 1815 e um dos mais importantes textos políticos. Luis Navarrete (1994, p. 125) vai mais longe ao sugerir que a carta de Viscardo pode ter servido de modelo para a carta escrita por Bolívar.

Uma análise da tradução mostra que o tradutor conseguiu torná-la o mais acessível possível aos leitores hispanófonos. A natureza teleológica do texto justificava sua “domesticação”.¹⁰ O texto se dirigia aos leitores hispano-americanos e os retratava, por uma necessidade de fazê-los se identificarem com ele. Para alcançar essa meta, era essencial trazer a carta de Viscardo para os leitores em sua própria língua. Algumas manipulações do texto valem a pena ser consideradas porque explicitam as intenções do tradutor. Como mencionado acima, Miranda acrescentou uma nota do editor e várias notas de rodapé tanto à publicação original em francês quanto à tradução espanhola. A nota do editor é uma apresentação curta do autor e do manuscrito. O objetivo da nota, contudo, está longe de ser inocente e imparcial. A subjetividade e as intenções políticas de Miranda ficam bem patentes.

14

Ce legs précieux d'un Américain-Espagnol à ses compatriotes, sur le sujet, le plus grand et le plus important qui puisse s'offrir à leur considération, est imprimé conforme au manuscrit de la main de l'Auteur même; et on pourra s'apercevoir au style, que c'est un étranger qui, s'exprime dans la langue Française sans aucune sorte de prétention. C'est D. Juan Pablo Viscardo y Guzman, natif d'Arequipa dans le Pérou, ex-Jésuite, mort à Londres, au mois de Février 1798, qui en est l'Auteur. On fera connaître dans la suite le reste de cet intéressant manuscrit sur l'Amérique Méridionale. (Viscardo, 1799, nota do editor)

Este precioso legado d'un Americano Español a sus compatriotas, sobre el objeto más grande y más importante que se puede ofrecer a sua consideración, esta impreso conforme al manuscrito de la mano del autor mismo; y se podra conocer por el estilo del original que es un extranjero que se explica en la lengua francesa sin ninguna especie de pretensión. El autor es Don Juan Pablo Viscardo y Guzman, nativo de Arequipa en el Perú, ex-jesuita muerto en Londres en el mes de Febrero de 1798. En lo sucesivo se hara conocer el resto de sus interesantes manuscritos sobre la América Meridional. (Viscardo, 1801, nota do editor)

Esse precioso legado de um americano espanhol a seus compatriotas, sobre o assunto maior e mais importante que possa ser levado em consideração, está impresso de acordo com o manuscrito escrito pelo próprio autor, e é possível ver a partir do estilo que ele é um estrangeiro que se expressou em francês sem qualquer pretensão. O autor é Don

Juan Pablo Viscardo y Guzmán, nativo de Arequipa, no Peru, um ex-jesuíta que faleceu em Londres em fevereiro de 1798. Nas páginas a seguir, introduziremos o restante desse interessante manuscrito sobre a América do Sul.

A escolha de palavras na primeira frase mostra que, na perspectiva de Miranda, os tradutores não são meros instrumentos de comunicação. Em primeiro lugar, existe um julgamento de valor transmitido pelo uso do adjetivo *precioso* (precioso) para descrever o texto e o uso da palavra *legado* (legado) torna o texto propriedade dos hispano-americanos. De maior interesse de um ponto de vista ideológico e sociolinguístico é o uso do adjetivo pátrio no título de Viscardo no texto original em francês, “Lettre aux Espagnols américains” (posteriormente traduzido por William Burke em inglês como “A Letter to the Spanish Americans”, em Burke, 1808/1976). Apesar de Miranda ter intitulado a tradução para o espanhol como “Carta dirigida a los Españoles Americanos”, (literalmente, “Carta dirigida aos americanos espanhóis”), em sua nota do editor, ele se refere a Viscardo como “un Americano Español” (“um americano espanhol”), definindo uma identidade distinta e separada de seus compatriotas e mudando sua filiação. Isso exemplifica a resistência dos crioulos em relação à sua inferiorização (Lavallé, 1993, 2002). A linguagem usada aqui é uma manifestação de resistência, o tipo de resistência que os tradutores podem exercer pela manipulação do código linguístico a fim de refletir suas próprias agendas. Essa estratégia tradutória ilustra claramente o desejo nascente de crioulos revolucionários de serem reconhecidos não como espanhóis nascidos na América, mas como americanos primeiro, com apenas afiliações secundárias ou contingentes com a Espanha. Observe que o termo de Miranda é antecipado ainda mais fortemente no título de Picornell: “Discurso dirigido a los Americanos”, em que omite de vez a conexão espanhola.

Miranda usou a tradução da carta de Viscardo não apenas para apresentar aos leitores o autor original e seu texto, como também e talvez principalmente para nutrir seu próprio projeto de independência, uma meta que ele julgava ter atingido diante da recepção de sua tradução nas colônias espanholas. Vários historiadores corroboraram a disseminação e influência do texto na Europa e nas colônias na primeira década do século XVIII (Batllori, 1953, pp. 153–157). Picón-Salas (1994, p. 226) argumenta que, de fato, o texto de Viscardo foi disseminado com sucesso como uma significativa arma de propaganda.

O período foi propício para conspirações e espionagem afetando todas as potências econômicas e militares da época. Miranda estava envolvido no planejamento de uma invasão armada da Venezuela em 1806. Ele angariou o apoio econômico dos ingleses, mas foi proibido

de obter armas ou homens na Europa (Parra-Pérez, 1992, p. 100). Em Nova Iorque, comprou armas e recrutou um grupo de homens que eram, em sua maioria, de boa posição social, mas arruinados e em busca de glória e fortuna. Na preparação para a invasão, Miranda escreveu uma proclamação em Nova Iorque, na qual ele se apropriou dos argumentos de Viscardo para justificar suas ações militares. Nesse documento, também incluiu o texto completo da carta de Viscardo e instruiu as autoridades religiosas e civis da Venezuela a conscientizarem o público, afixando-o em portas e lendo-o uma ou duas vezes por dia na missa e em outras reuniões públicas (Batllori, 1953, pp. 150–151). A expedição militar de Miranda à Venezuela foi um fracasso completo. Apesar de ter conseguido desembarcar suas tropas em solo venezuelano em Vela de Coro no dia 3 de agosto de 1806 e tomar o controle desse território, ele carecia do poderio militar exigido para garantir a segurança das próprias pessoas que ele libertara. Além disso, apesar de muito lida, sua tradução não convenceu um número significativo de seus compatriotas a se unirem ao levante, e ele foi forçado a fugir da Venezuela. Partindo do mesmo local onde acabara de desembarcar, Miranda deixou a Venezuela em 7 de agosto de 1806.

16

De volta à Europa, Miranda promoveu uma tradução da carta para o inglês. Em 1808, um de seus apoiadores, o jornalista William Burke publicou um livro intitulado *Additional Reasons for our Emancipating Spanish America*, ao qual Burke anexou sua própria tradução para o inglês da carta de Viscardo. Ciente do interesse da *Edinburgh Review* em relação à América, Miranda aproveitou a oportunidade para disponibilizar o pensamento de Viscardo para leitores de língua inglesa. Com a ajuda de James Mill, em 1809, Miranda publicou um ensaio de 34 páginas na *Edinburgh Review* com base na carta de Viscardo, justificando mais uma vez a independência da América Hispânica. As duas primeiras páginas desse artigo são dedicadas à carta de Viscardo e as outras 32 páginas são dedicadas à emancipação da América Hispânica (Batllori, 1953, p. 154).

A carta de Viscardo representou um forte apelo aos americanos de língua espanhola durante os anos críticos da luta pela independência. As primeiras evidências podem ser encontradas na Declaração de Independência da Venezuela (1811), cujo conteúdo foi muito influenciado pelas ideias de Viscardo. No mesmo ano, a *Gaceta de Caracas* reproduziu o texto completo da Declaração. Naquele momento, William Burke tinha fixado residência em Caracas e estava usando esse texto para fazer referências constantes ao legado jesuíta (Batllori, 1953, p. 157). A carta também foi reimpressa várias vezes em inglês, espanhol e francês nos primeiros anos do século XX, pois historiadores interessados nos fundamentos ideológicos do movimento de independência reconheceram a carta de Viscardo como um dos documentos mais influentes

da época.

Os Textos de Thomas Paine e John M’Culloch

Em 1803, após lutar nos Valles de Aragua na Venezuela sob o comando do Marqués del Toro (sogra de Simón Bolívar), Manuel García de Sena (1780–1816) fixou residência na Filadélfia com seu irmão Domingo. Em 1810, começou a traduzir excertos de várias obras de Thomas Paine para o espanhol, publicando-os em 1811 na Filadélfia sob um único título, *La independencia de la Costa Firme justificada por Thomas Paine treinta años ha: Extracto de sus obras, traducido del inglés al español* (A independência da Costa Firme conforme justificada por Thomas Paine trinta anos atrás: excertos de suas obras traduzidos do inglês para o espanhol por D. Manuel García de Sena).¹¹ Nesse livro, García de Sena incluiu traduções espanholas de excertos retirados das obras mais influentes de Thomas Paine, bem como traduções da Constituição dos Estados Unidos, a Declaração de Independência dos Estados Unidos e as constituições de várias ex-colônias. Em seguida, traduziu *A Concise History of the United States, from the Discovery of America till 1807* (1807) de John M’Culloch para o espanhol com o título *Historia concisa de los Estados Unidos: Desde el descubrimiento de la América hasta el año de 1807*, no qual ele também incorporou uma versão revisada de sua primeira tradução da Declaração de Independência dos EUA (Grases, 1981a, p. 400), publicando o volume na Filadélfia em 1812.

García de Sena usou suas traduções como ferramentas políticas para defender a causa da emancipação. Sua escolha de textos de Paine é bem significativa. Ele retirou trechos de textos mais gerais e dos que se referiam mais especificamente à América Hispânica. Nos textos selecionados, omitiu todas as referências a condições contemporâneas na América do Norte, considerando-as de pouco interesse para seus compatriotas (Grases, 1981a, p. 404). A suas traduções, acrescentou comentários pessoais como “. . . para la mejor comprensión de los lectores americanos” (“para possibilitar que os leitores [hispano-] americanos entendam melhor” (Grases, 1981a, p. 405). Também tocou em um aspecto delicado da cultura anglo-americana: o papel da Igreja, principalmente a proibição de padres ocuparem cargos públicos. García de Sena não apenas traduziu essa proibição, como também explicou suas razões. Na adaptação de modelos europeus ou norte-americanos para a América Hispânica, onde a maioria dos líderes políticos temia se opor à Igreja e excluí-la dos novos deveres do Estado, foi particularmente importante confrontar esse aspecto da separação entre a Igreja e o Estado nos EUA. O excerto a seguir de uma carta escrita por García de Sena a seu irmão Ramón, em

dezembro de 1810, atesta a importância da questão: “Convencido após ler [a tradução] de que ela não contém uma única palavra contradizendo nossa religião, espero que ela possa circular livremente entre meus conterrâneos” (Sena, 1810, como citado em Grases, 1981, p. 406).

Para reforçar sua estratégia, García de Sena acrescentou paratextos escritos por ele à tradução de textos de Paine, incluindo uma dedicatória e algumas notas de rodapé. Ele dedica seu trabalho aos “americanos españoles” (“americanos espanhóis”), escolhendo a mesma expressão que Miranda usou no prefácio à carta de Viscardo. Isso ilustra o alto grau de intertextualidade encontrado em textos revolucionários do período. García de Sena (1949, p. 156) também acrescenta uma nota de rodapé à sua tradução da Declaração de Independência dos EUA no ponto em que o texto original enumera as atrocidades do rei inglês:

A todo esto [las atrocidades del Rey de Inglaterra] puede añadir en favor de los americanos del Sud, y con relación a los últimos gobiernos de España en Europa: Ellos nos quieren gobernar sin más derecho que el que tenemos nosotros para gobernarlos a ellos.

18

A todas essas [as atrocidades do rei da Inglaterra], é possível acrescentar o seguinte em favor dos sul-americanos em relação aos mais recentes regimes espanhóis na Europa: eles querem nos governar sem ter mais direito para tal do que o direito que temos de governá-los.

Em sua tradução do livro de M'Culloch, García de Sena também acrescenta uma dedicatória aos “americanos españoles” (“americanos espanhóis”), exortando-os a continuar a luta. O objetivo dessa longa dedicatória é duplo. Em primeiro lugar, o tradutor reconhece com total “humildade profissional” suas limitações linguísticas:

Pero me ha animado al fin la consideración de que ni lo fastidioso del estilo ni los muchos defectos que se encuentran en la traducción, serán capaces de desfigurar los hechos que me propongo transmitir al español para aquellos a quienes no sea posible obtenerlos de otro modo. (Sena, 1811, como citado em Grases, 1981a, p. 398)

Mas decidi traduzir [o livro] pois senti que nem as deficiências estilísticas nem os inúmeros defeitos na tradução distorceriam os fatos que pretendi transpor para o

espanhol para aqueles que, de outra forma, não teriam acesso a eles.

García de Sena (1981a, p. 398) antecipa então a avaliação crítica moderna de Grases de que o texto em espanhol da tradução não é de forma alguma um modelo de perfeição estilística. O tradutor claramente indica que se concentrou muito mais no conteúdo de sua tradução do que na forma. Isso ilustra que o conteúdo das traduções, não as estratégias discursivas ou textuais, são aqui o lócus primário de resistência, ao contrário de argumentos sobre a resistência em textos (literários) propostos por Venuti (1995, 1998), por exemplo.

Em segundo lugar, García de Sena incita seus compatriotas a permanecerem unidos para assumir seu lugar de direito na comunidade das nações. Conclui sua dedicatória com a exortação a seguir:

Que el Nuevo Mundo todo le dé al Viejo una lección de virtud! Cuánta felicidad cuando de las tierras frías del Labrador al rincón más apartado de la Tierra del Fuego, solo se asistirá a congresos de los que se pueda adecir con dignidad: “Ojalá este gran monumento elevado a la Libertad sirva de lección a los tiranos y de ejemplo a los oprimidos!”. (Sena, 1811 como citado em Grases, 1981a, p. 404)

19

Que o Novo Mundo todo ensine a lição de virtude ao Velho Mundo! Regozijem-se então, quando, das terras frias de Labrador aos mais distantes rincões da Terra do Fogo, houver congressos em toda parte. Então poderemos dizer com dignidade: “Que esse grande monumento erigido à liberdade sirva de lição a tiranos e exemplo aos oprimidos!”.

A agenda política de García de Sena, como mostra sua dedicatória, não é, de forma alguma, a de um tradutor tímido, invisível e transparente.

Tanto a seleção de textos quanto a censura exercida por García de Sena (a tudo que fosse contrário a suas crenças católicas, bem como a aspectos dos textos originais que não eram diretamente aplicáveis à situação na América Hispânica) confirmam a hipótese segundo a qual os tradutores comprometidos politicamente usam seu trabalho de tradução para servir a seus objetivos de ativismo de resistência e para promover suas próprias agendas políticas. As traduções feitas por García de Sena não eram nem encomendadas nem patrocinadas, mas empreendimentos iniciados pelo próprio. Os objetivos de García de Sena não eram nem

filantrópicos nem econômicos, mas claramente políticos: demonstrar a legitimidade da independência para a América Hispânica e os potenciais benefícios da independência para seus compatriotas, usando a situação sociopolítica e econômica dos Estados Unidos como modelo. Percebemos que esses esforços envidados pelo tradutor não foram em vão ao considerarmos a importância histórica de sua tradução da Constituição dos Estados Unidos, em particular, incluída em seu volume de traduções de Thomas Paine. Grases documentou a circulação dessa tradução por toda a América Latina e seus rastros nas primeiras constituições venezuelanas. Foram impressos cinco mil exemplares da tradução feita por García de Sena da obra de Paine, a maioria deles despachada para a Venezuela e o restante para Veracruz, Cartagena, Havana e Porto Rico, onde se tornaram leitura obrigatória (Grases, 1981a, pp. 410–420). De fato, no dia da independência da Venezuela, em 5 de julho de 1811, foi a tradução feita por García de Sena da Constituição dos Estados Unidos que foi lida diante do recém-criado congresso venezuelano (Grases & Harkness, 1953, p. 56).

Conclusão

20

O interesse no pós-colonialismo fora da Europa e da América do Norte por parte de pesquisadores em tradução está aumentando, como demonstrado pelas atividades de tradutores e pesquisadores em tradução no mundo em desenvolvimento. Esse interesse crescente é um bom presságio para a América Hispânica, mas não tem sido significativo o bastante para impulsionar estudos descritivos de história da tradução nessa parte do globo para além de meros estágios arqueológicos de seu desenvolvimento, apesar de ser patente que dados arqueológicos sobre fatos e acontecimentos têm ajudado a definir as agendas de tradutores e pesquisadores.

Os exemplos discutidos anteriormente neste ensaio demonstram mais uma vez que a tradução não é uma atividade imparcial e objetiva. Os tradutores discutidos — Nariño, Picornell, Miranda e García de Sena — eram mediadores textuais e culturais comprometidos com seus objetivos pessoais e com os objetivos das comunidades dedicadas à libertação das colônias espanholas na América. Os textos originais eram apenas “pretextos” para o empreendimento maior de comunicar e disseminar ideias em grande escala para aqueles com quem eles estavam profundamente comprometidos. Nas agendas dos tradutores, portanto, a tradução era um meio, não um fim.

Esses casos específicos relacionados com a América Hispânica claramente ilustram como o estudo da história da tradução é vital para explicar os fatos sociopolíticos de comunidades e nações. Os tradutores latino-americanos deram uma contribuição significativa

para sua história. A marca política que eles deixaram em suas traduções pode ser comparada a influências exercidas em outras épocas e em outros lugares. Vêm à mente as traduções de Shakespeare feitas por Michel Tremblay e Michel Garneau, consideradas como tendo atribuído ao Quebec um renovado sentido de identidade na época da “Révolution Tranquille” (Brisset, 1990). Um paralelo também pode ser traçado com tradutores irlandeses como Augusta Gregory ou Mary Hutton, que ajudaram a levar a cabo a independência da Irlanda (Tymoczko, 1999). Essas versões são quintessencialmente subjetivas, políticas, resistentes e ativistas. Tremblay e seus colegas tradutores canadenses e os tradutores irlandeses se tornaram atores históricos, iguais a García de Sena e outros discutidos aqui.

O conceito brasileiro de antropofagia (Andrade, 1928) também é relevante para os casos discutidos aqui.¹² Apesar de desenvolvido durante o Modernismo, tal conceito parece ter motivado tradutores como García de Sena, bem como seus seguidores hispânicos, incluindo Andrés Bello, José Martí e Jorge Luis Borges, cujo trabalho de tradução também é caracterizado pela apropriação de estratégias (Bastin et al., 2004). A esse respeito, Diego Saglia observa:

O conceito e a prática da apropriação podem, assim, reconfigurar o status da tradução como produção de textos que não são simplesmente consumidos pela língua e cultura de chegada, mas que, por seu turno, se tornam criativos e produtivos, estimulando reflexões, teorizações e representações no contexto cultural de chegada. (Saglia, 2002, p. 96)

A história da tradução na América Hispânica é, na maior parte, desconhecida do resto do mundo e, o que é ainda mais desencorajador, dos próprios hispano-americanos. Muitos pesquisadores e profissionais latino-americanos ficam mais à vontade para falar sobre Perrot d’Ablancourt, Walter Benjamin ou John Denham do que sobre Francisco de Miranda, Manuel García de Sena ou Andrés Bello. A causa é, obviamente, uma certa atitude xenófila por parte de muitos pesquisadores latino-americanos, enraizada em uma longa tradição de orientação eurocêntrica na cultura latino-americana como um todo. Ademais, a forma eurocêntrica pela qual os Estudos da Tradução se desenvolveram como campo disciplinar compele pesquisadores latino-americanos a estudarem questões europeias ou norte-americanas, bem como a adotarem modelos estrangeiros para explicar temas locais, porque esse é o único meio de participar dos discursos dos Estudos da Tradução. É chegada a hora de estudar a tradução usando modelos

locais (sejam eles inspirados pela crítica literária, a sociologia ou a filosofia) por serem a forma apropriada de interpretar realidades locais. Essa pode ser a maneira de os pesquisadores hispano-americanos desenvolverem sua própria forma de resistência dentro do campo dos Estudos da Tradução e isso também pode ser um modelo para outros grupos locais de pesquisadores.

Nossa pesquisa se concentrou principalmente na importância que a tradução desempenhou no período da independência, quando a elite hispano-americana emergente a usou para subverter a dominação espanhola, ressaltando uma forma latino-americana genuína de traduzir. Ao mesmo tempo, a tradução também serviu aos objetivos da elite crioula de estabelecer e consolidar seu controle e dominação sobre as classes sociais menos empoderadas e minorias étnicas na América Espanhola. A tradução certamente alimentou o ímpeto pela emancipação, mas também deu à minoria no controle os meios para perpetuar as desigualdades sociais que continuam a ser características da América Hispânica. Tal resultado irônico, que levou tanto à emancipação quanto à opressão, tanto à resistência às estruturas de poder estabelecidas quanto ao conluio com elas, ainda está para ser estudado. Ele é de muitas formas representativo da posição heterogênea de tradutores como agentes históricos e sociais.

22

E por último, mas não menos importante, os casos discutidos aqui são apenas alguns poucos entre muitos mais a serem revelados e estudados, a fim de caracterizar a profunda influência que a tradução exerceu na história e no destino da América Hispânica. Apesar de limitados, esses estudos de caso demonstram uma característica significativa na história da tradução, a saber, que uma abordagem sociológica em vez de antropológica é necessária para entender como a tradução influenciou o curso da história. Foi claramente demonstrado que o conteúdo, não uma estratégia textual, é o foco da resistência e ativismo promovidos pela tradução nos estudos de caso considerados aqui e, além do mais, que a mensagem do texto traduzido e sua recepção, não a identidade do tradutor, são as principais questões a serem consideradas mesmo quando os tradutores são agentes visíveis da história.

REFERÊNCIAS

- Álvarez, R., & África-Vidal, M. C. (Orgs.). (1996). *Translation, Power, Subversion. Multilingual Matters*.
- Anderson, B. (2006). *Imagined Communities* (Ed. rev.). Verso.
- Andrade, O. de. (1928). Manifesto antropófago. *Revista de Antropofagia*, 1(1).

- Armas Ayala, A. (1970). *Influencia del pensamiento Venezolano en la revolución de independencia de Hispanoamerica*. Instituto Panamericano de Geografía e Historia.
- Bassnett, S., & Trivedi, H. (Orgs.). (1999). *Post-Colonial Translation: Theory and Practice*. Routledge.
- Bastin, G. L. (2004). Traducción y emancipación: El caso de la Carmañola. *Boletín de la Academia Nacional de Historia de Venezuela*, 345, 199–209.
- Bastin, G. L., Campo, Á., & Echeverri, Á. (2004). La traducción en América Latina: Una forma de traducir propia y apropiada. In A. Pagni (Ed.), *Espacios de traducción en América Latina. Estudio: Revista de Investigaciones Literarias y Culturales* [edição especial], 26.
- Bastin, G. L., Campo, Á., & Echeverri, Á. (2010). Translation and the emancipation of Hispanic America. In M. Tymoczko, *Translation, resistance, activism* (pp. 42–64). University of Massachusetts Press.
- Bastin, G. L., & Castrillón, E. R. (2004). La carta dirigida a los Españoles Americanos: Una carta que recorrió muchos caminos. *Hermeneus*, 6, 273–290.
- Bastin, G. L., & Díaz, A. (2004). Las tribulaciones de la Carmañola (y la Marsellesa) en América Latina. *TRANS*, 8, 29–39.
- Batllori, M. (1953). *El Abate Viscardo: Historia y mito de la intervención de los Jesuitas en la independencia de Hispanoamérica*. Instituto Panamericano de Geografía e Historia.
- Brisset, A. (1990). *Sociocritique de la traduction: Théâtre et altérité au Québec (1968–1988)*. Le Préambule.
- Burke, W. (1976). *Additional Reasons for our Emancipating Spanish America: Deduced, from the New and Extraordinary Circumstances, of the Present Crisis: And Containing Valuable Information, Respecting the Late Important Events, both at Buenos Ayres, and in the Caraccas, as well as with Respect to the Present Disposition and Views of the Spanish Americans: Being Intended as a Supplement to the “South American Independence”*. AMS Press. (Obra original publicada em 1808)
- Nariño, A. (Trad.). (1794). Trad. *Declaración de los derechos del hombre y del ciudadano*. Bogotá.
- García de Sena, M. (Trad.). (1949). *La independencia de la Costa Firme justificada por Thomas Paine treinta años ha*. Caracas: Instituto Panamericano de Geografía e Historia. (Obra original publicada em 1811)
- Grases, P. (1981a). *Preindependencia y emancipación: Protagonistas y testimonios*. Editorial Seix Barral.
- Grases, P. (1981b). *Instituciones y nombres del siglo XIX*. Editorial Seix Barral.
- Grases, P. (1997). *La conspiración de Gual y España y el ideario de la independencia* (3ª ed.).

Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia.

Grases, P., & Harkness, A. (1953). *Manuel García de Sena y la independencia de Hispanoamérica*. Publicaciones de la Secretaría General de la Décima Conferencia Interamericana.

Lavallé, B. (1993). *L'Amérique espagnole de Colomb à Bolivar*. Éditions Belin.

Lavallé, B. (2002). Americanidad exaltada/Hispanidad exacerbada: Contradicciones y ambigüedades en el discurso criollo del siglo XVII peruano. In C. P. Hart & A. C. Gutiérrez (Orgs.), *El discurso colonial: Construcción de una diferencia americana* (pp. 17–36). Editorial Universidad Nacional (EUNA).

López, C. F. (1997). *Juan Picornell y la conspiración de Gual y España* (2ª ed.). Biblioteca Nacional de la Historia.

M'Culloch, J. (1812). *Historia concisa de los Estados Unidos: Desde el descubrimiento hasta el año de 1807* (M. García de Sena, Trad.). T. and J. Palmer.

Navarrete Orta, L. (1994). Viscardo y Bolívar: Dos momentos del proyecto emancipador latinoamericano. In B. G. Stephan, J. Lasarte, G. Montaldo & M. J. Daroqui (Orgs.), *Esplendores y miserias del siglo XIX: Cultura y sociedad en América latina* (pp. 125–137). Monte Ávila Editores.

Ocampo López, J. (1999). *El proceso ideológico de la emancipación en Colombia*. Planeta.

Pardo Tomás, J. (1991). *Ciencia y censura: La Inquisición española y los libros científicos en los siglos XVI y XVII*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

Parra-Pérez, C. (1992). *Historia de la primera república de Venezuela*. Biblioteca Ayacucho.

Picón-Salas, M. (1994). *De la conquista a la independencia: Tres siglos de historia cultural hispanoamericana*. Fondo de Cultura Económica.

Picornell, J. (1797). *Derechos del hombre y del ciudadano, con varias máximas republicanas y un discurso preliminar dirigido a los americanos*. Imprenta de la Verdad.

Pym, A. (1998). *Method in Translation History*. St. Jerome.

Rodríguez, J. (1998). *La independencia de la América española*. (M. A. Camacho, Trad.). Fondo de Cultura Económica.

Saglia, D. (2002). Translation and Cultural Appropriation: Dante, Paolo and Francesca in British Romanticism. *Quaderns*, 7, 95–109.

Sariola, S. (1972). *Power and Resistance: The Colonial Heritage in Latin America*. Cornell University Press.

Schevill, R. (1936). El Abate Marchena and French Thought of the Eighteenth Century. *Revue*

de Littérature Comparée, 16, 180–194.

St-Pierre, P. (1993). Translation as a Discourse of History. *TTR*, 6(1), 61–82.

Tymoczko, M. (1999). *Translation in a Postcolonial Context: Early Irish Literature in English Translation*. St. Jerome.

Tymoczko, M., & Gentzler, E. (Orgs.). (2002). *Translation and Power*. University of Massachusetts Press.

Uslar Pietri, A. (1991). *La creación del nuevo mundo*. Colecciones Mapfre.

Spivak, G. C. (2004). The Politics of Translation. In L. Venuti (Org.), *The Translation Studies Reader* (2^a ed, pp. 369–388). Routledge.

Vargas Ugarte, R. (1964). *La carta a los españoles americanos de don Juan Pablo Viscardo y Guzmán* (2^a ed.). Librería e Imprenta Gil.

Venuti, L. (1995). *The Translator's Invisibility: A History of Translation*. Routledge.

Venuti, L. (1998). *The Scandals of Translation: Towards an Ethics of Difference*. Routledge.

Villanueva, L. (1986). *Biografía del Doctor José María Vargas*. Ediciones del Rectorado de la Universidad Central de Venezuela.

25

Viscardo y Guzmán, J. P. (1799). *Lettre aux espagnols américains*. Philadelphia.

Viscardo y Guzmán, J. P. (1801). *Carta derijida a los Españoles Americanos* (Francisco de Miranda, Trad.). Boyle.

Viscardo y Guzmán, J. P. (2002). *Letter to the Spanish Americans: A Facsimile of the Second English Edition (London, 1810)*. John Carter Brown Library.

Von Flotow, L. (1997). *Translation and Gender: Translating in the "Era of Feminism"*. St. Jerome.

Waisman, S. (2003). The Thousand and One Nights in Argentina: Translation, Narrative, and Politics in Borges, Puig, and Piglia. *Comparative Literature Studies*, 40(4), 351–371.

¹ A tradutora Teresa Dias Carneiro autoriza a publicação da tradução para o português de Bastin, G. L., Campo, Á., & Echeverri, A. (2010). Translation and the Emancipation of Hispanic America. In M. Tymoczko (Ed.), *Translation, Resistance, Activism* (pp. 42–64), University of Massachusetts Press.

² Este estudo foi realizado como parte de um projeto de pesquisa financiado pelo Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanidades do Canadá (Social Sciences and Humanities Research Council of Canada) (SSHRC). Mais informações podem ser encontradas em <http://www.histal.umontreal.ca>.

³ Salvo menção em contrário, todas as traduções foram feitas pelos autores para o inglês e, pela tradutora, indiretamente para o português.

⁴ Anderson (2006, p. 47) dá uma definição útil de *Creole (crioulo)* como sendo “uma pessoa (ao menos teoricamente) de ascendência europeia pura, mas nascida nas Américas (e, posteriormente, por extensão, em qualquer lugar fora da Europa).”

⁵ Em 1811, Nariño foi nomeado governador de Cundinamarca, província de Nueva Granada (Colômbia), onde a capital Bogotá está localizada. Ele foi general do exército revolucionário de 1813 a 1814.

⁶ José Lax era professor de Ciências Humanas e tradutor oficial; Bernardo Garasa era advogado e tradutor literário; Juan Ponz Izquierdo era professor de francês e Ciências Humanas e às vezes referido como cotradutor da *Declaração* (Grases, 1997, p. 32).

⁷ Incluindo a constituição federal em 1811, a constituição da província de Barcelona em 1812 e a constituição da província de Angostura em 1819.

⁸ Viscardo provavelmente decidiu escrever em francês porque era a língua da diplomacia e da cultura na Europa na época e também muito conhecida pelas pessoas cultas na América, como ele próprio exemplifica.

⁹ Ver o fac-símile da segunda edição inglesa (1810) com uma introdução de D. A. Brading, em Viscardo (2002).

¹⁰ Sobre a distinção entre traduções domesticadoras e estrangeirizadoras, ver Venuti (1995, 1998).

¹¹ O termo “Costa Firme” se refere à parte norte da América do Sul, principalmente a Venezuela. Nosso ensaio se baseia na edição de 1949 do volume.

¹² Sobre antropofagia e tradução, ver também Vieira (1994, 1999).